

FINANCIAMENTO CULTURAL: UMA VISÃO DE PRINCÍPIOS**Frederico Barbosa**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Roberto Freitas Filho

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc do Ipea; e professor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Este texto trata do financiamento de atividades culturais, qualificando e analisando os argumentos que justificariam a participação do Estado nesse empreendimento. Analisa as críticas que afirmam terem sido as políticas culturais no Brasil deixadas ao mercado em função da primazia dos Incentivos Fiscais, parte da Lei Rouanet. Para responder a esse objetivo, a pesquisa considera a composição dos recursos públicos, privados e os gastos tributários públicos indiretos. O argumento se desdobra na reflexão sobre os fundamentos da legitimidade da participação do Estado no financiamento ao consumo cultural via vale-cultura que, sendo uma forma de incentivo fiscal, estabelece novos argumentos ideológicos e de princípio, expressando a visão de que o Estado deve subsidiar as escolhas individuais dos trabalhadores no que se refere às preferências de consumo de bens culturais.

Um terceiro tema é tratado, o da qualidade do fluxo de execução orçamentária de órgãos públicos. Nesse caso, a hipótese é de que boa parte da energia despendida em críticas de princípio dirigidas aos mercados poderia ser redirecionada ao esforço de reformar o próprio Estado. Há muitos problemas no processo de decisão pública a respeito do orçamento e na sua execução, sendo necessárias fortes iniciativas para ajustar montantes de recursos financeiros às necessidades culturais, mas também para melhorar a qualidade do processo de gasto.

O trabalho mostra que a questão do financiamento à cultura é menos simplista do que a disjuntiva ideológica entre mercado e presença do Estado, que permeia grande parte das análises e discursos atuais,

oficiais ou de atores da sociedade civil. Isto não quer dizer que elementos ideológicos não são importantes, mas que eles se associam com outros elementos igualmente relevantes, tais quais os princípios e critérios, a democratização do processo decisório, o aumento e proteção de recursos dos ciclos econômicos e das políticas, o alcance prático e as consequências efetivas de cada instrumento de financiamento utilizado, a qualidade da alocação de recursos e, igualmente, a capacidade de avaliá-los.

Se o desafio do financiamento na área foi o da pluralização e aumento das fontes de recursos, há muitos outros a serem enfrentados e que se relacionam aos dinamismos da política e das políticas públicas. Há questões ideológicas, mas inúmeras relacionadas às capacidades administrativas, institucionais e operativas. A simplificação da discussão ao mundo das ideias gerais não ajuda, é necessário o cotejamento das ideias com o conjunto de suas consequências ideológicas, com as operações institucionais, com as alternativas de políticas, com os limites do sistema de financiamento para oferecer suporte a políticas culturais de qualidade, em especial no que se refere ao padrão da discussão democrática. O debate democrático envolve se aceitar a complexidade dos argumentos e a possibilidade de aperfeiçoá-los como justificativas e partes do processo de legitimação das políticas culturais.